

**FORA DA
ESCOLA
NÃO PODE!**

Cada criança e adolescente
tem o direito de aprender

edição resumida | ©UNICEF/BRZ/Diego Souza

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Em crises e emergências

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Em crises e emergências

APRESENTAÇÃO

Situações de crises e de emergências colocam a vida e a integridade das pessoas em risco, sobretudo das crianças e adolescentes. A educação é uma das áreas mais afetadas, o que pode fragilizar o vínculo de estudantes com a escola e até mesmo levar a um aumento do abandono e da evasão escolar. Isso porque muitas vezes as escolas acabam fechadas, seja porque sofrem danos físicos e/ou materiais, seja porque funcionam como abrigos. Essas situações prejudicam o acesso à escola e a aprendizagem e exigem um planejamento rápido para garantir o retorno dos(as) estudantes às salas de aula e a volta da normalidade, numa perspectiva de fortalecimento da atuação da rede de proteção.

A estratégia Busca Ativa Escolar pode ser adaptada para esses momentos, conforme orientações contidas no presente documento. Trata-se de um resumo do [guia Busca Ativa Escolar em crises e emergências](#), no qual extraímos seus principais pontos, permitindo um consumo ágil por parte das equipes para que possam planejar ações para mitigar os efeitos da crise sobre a educação.

O material é composto por **3 PASSOS** fundamentais para reorientar o plano de ação com atividades imediatas e após a fase mais aguda da crise e/ou emergência, quando é preciso fazer uma gestão dos seus efeitos sobre a educação. Observe que em muitos momentos do texto indicamos links para acesso a materiais de referência visando o aprofundamento dos pontos tratados.

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e plataforma tecnológica gratuitas que apoiam os governos para uma ação intersetorial no enfrentamento à exclusão e ao risco de abandono escolar. Até abril de 2024, mais de 3.500 municípios e 17 estados já haviam aderido à estratégia e mais de 240 mil meninas e meninos haviam sido (re)matriculados. Mais informações clique no link:



Fora da Escola Não Pode! Cada criança e adolescente tem o direito de aprender!

Parceiros estratégicos

Iniciativa



COMO POTENCIALIZAR A BUSCA ATIVA ESCOLAR

Recomenda-se a revisão da estratégia para responder às necessidades impostas por situações emergenciais, quando há fechamento dos serviços, sobretudo das escolas. Para isso, é preciso adaptar os **planos de ação** da BAE, visando atender às demandas mais urgentes e prioritárias. Os 3 passos indicados nesse material compõem a estrutura dos planos de ação e devem ser priorizados frente a outras atividades previstas, de maneira a orientar o foco das equipes municipais e estaduais para o enfrentamento da crise.

O mapeamento do cenário local é importante para organizar as ações que precisam ser planejadas. O **passo 1** indica as informações que esse levantamento deve conter e orienta sobre a importância da participação do Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar do **município** ou do **estado** na liderança de todo o processo.

A estratégia tem como uma das suas premissas o fortalecimento do arranjo de colaboração entre as diversas políticas públicas. Por isso, a atuação do Comitê Gestor é fundamental, podendo contribuir na análise sobre o cenário do município/estado e nas ações prioritárias e urgentes que precisam ser tomadas para garantir os direitos de crianças e adolescentes.

Estabeleça uma rotina de reuniões periódicas específicas com o Comitê Gestor para o gerenciamento da crise, tanto na sua fase mais aguda, como em fases posteriores de reorganização do atendimento escolar. O Comitê deverá participar ativamente da tomada de decisões, baseadas no levantamento de dados sobre a situação.

É importante coletar informações que subsidiem o entendimento acerca do impacto da crise sobre a vida das crianças, adolescentes e suas famílias, bem como da educação. Algumas perguntas podem ser bastante úteis nesse diagnóstico:

■ Escolas

>> Quais escolas estão/ficaram sem aula durante o período e por que?

Funcionam/funcionaram como abrigo? Há/ qual foi o prazo para a desinstalação dos abrigos?

Houve impactos na infraestrutura das escolas? De que tipo?

Houve perdas materiais, como merenda, documentos? Já foram destinados recursos para reposição das perdas? Há cronograma para a reposição desses materiais?

>> Há/houve oferta de atividades não presenciais ou híbridas durante o período de fechamento total ou parcial das escolas?

>> As escolas voltaram a funcionar? Em que situação está cada uma?

■ Demais serviços públicos

>> Equipamentos da assistência social e da saúde funcionam/funcionaram normalmente durante a crise? Se fecharam, já voltaram a funcionar presencialmente?

>> O Conselho Tutelar está/estava funcionando com foco nas famílias afetadas pela crise?

■ Conselhos

>> O conselho estadual e/ou municipal de educação elaborou normativas específicas para garantir o direito à educação das crianças e adolescentes afetados pela crise?

>> Os demais conselhos, como os da assistência social e da saúde, elaboraram normativas específicas que impactam o atendimento de crianças e adolescentes?

>> Os conselhos municipal e estadual dos direitos da criança e do(a) adolescente elaboraram alguma normativa para garantir seus direitos durante e após a situação emergencial?

As respostas a essas perguntas exigirão contato com diferentes órgãos responsáveis por cada política. As informações obtidas apoiarão na tomada de decisões ou na identificação de lacunas sobre temas e/ou ações que precisarão ser preenchidas por cada área. Por isso a importância de o Comitê Gestor intersetorial liderar as decisões sobre a crise.



Os conselhos de educação são muito importantes nos momentos emergenciais, pois poderão emitir recomendações sobre a reorganização do ano letivo, reposição das aulas, recomposição das aprendizagens, avaliações etc., tendo em conta a necessidade de fortalecer o vínculo dos(as) estudantes com a escola e garantir sua permanência e aprendizado.

1

PASSO 2

3

COMO IDENTIFICAR E ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO FLUXO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR

A primeira pergunta quando há uma crise ou emergência e as aulas são/foram suspensas é: onde e como estão as crianças e adolescentes? O **passo 2** indica como o trabalho de campo precisa ser potencializado, por meio do contato direto com as famílias para identificar se e o quanto foram afetadas e se ficaram desalojadas ou desabrigadas¹. Certamente, se houve impacto e aumento das vulnerabilidades, estas podem se refletir na condição de acesso e de frequência de seus/suas filhos(as) à escola.

Algumas ações são importantes para essa identificação e levantamento:

- >> Mapear os bairros e/ou áreas afetadas, incluindo os abrigos.
- >> Verificar, na [plataforma da BAE](#), os casos que estão em andamento, os bairros / territórios onde as crianças e adolescentes moram e as escolas nas quais foram (re)matriculadas. Podem ser as áreas e/ou escolas afetadas pela crise e indicadas no mapeamento.
- >> Organizar um cronograma e uma força-tarefa do [Grupo de Campo da Busca Ativa Escolar](#), sobretudo dos(as) técnicos(as) verificadores(as), para que possam entrar em contato com as famílias das crianças e adolescentes: (i) que estejam inseridas na plataforma, (ii) que estejam instaladas em abrigos e (iii) que moram ou foram deslocadas das áreas mais afetadas. Esse contato pode ser telefônico ou presencial.
- >> Utilizar os [formulários de pesquisa e de análise técnica](#) da metodologia para apoiar na coleta das informações, mas adaptando-os para a crise vivenciada na realidade local.
- >> Realizar reuniões com as escolas municipais e estaduais para que possam opinar e participar do plano de ação da BAE adaptado à crise. As escolas precisam saber que a Busca Ativa Escolar irá apoiá-las nas ações de prevenção ao abandono escolar e desenvolver estratégias eficazes de acompanhamento da frequência dos(as) estudantes.

1. Pessoas desalojadas foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente suas residências mas não necessariamente necessitam de abrigo. Pessoas desabrigadas tiveram suas moradias afetadas e necessitam de abrigo.

■ Ampliação da rede de proteção

>> Estabelecer um protocolo para que os demais serviços públicos, como da assistência social, da saúde, o conselho tutelar, dentre outros, informem à equipe da Busca Ativa Escolar no município, casos de crianças e adolescentes que tenham abandonado a escola ou correm risco de fazê-lo devido à situação emergencial ou que já estavam fora dela desde antes da crise.

>> Promover reuniões comunitárias nos territórios mais vulneráveis e afetados, **reunindo organizações sociais, associação de moradores, sindicatos, entidades religiosas etc.**, para reforçar a presença da Busca Ativa Escolar como estratégia da administração municipal/estadual e apresentar a equipe que atua naqueles territórios e pode ser acionada quando souberem de crianças e adolescentes que abandonaram a escola.



A Busca Ativa Escolar atua tanto no enfrentamento do risco do abandono como da exclusão escolar e isso não muda nas situações de crise. Uma ação em um abrigo, por exemplo, pode ajudar na identificação de meninas e meninos matriculados e sem aulas, devido ao fechamento das escolas, mas também de outros que nem estavam na escola.

■ Mapeamento dos motivos

O levantamento acerca da situação das crianças, adolescentes e suas famílias permitirá conhecer os motivos de um possível abandono ou evasão. É importante observar:

>> Quais motivos têm figurado com mais intensidade naquele momento.

>> Que novos motivos, não relacionados ainda na metodologia social da Busca Ativa Escolar, surgiram.

Com base nessa avaliação, o Comitê Gestor da Busca Ativa Escolar pode se organizar melhor para fazer os encaminhamentos necessários de cada caso aos serviços públicos e avaliar as medidas prioritárias e/ou emergenciais a serem tomadas.

É fundamental que as escolas participem ativamente da Busca Ativa Escolar para garantir a vinculação dos(as) estudantes, sobretudo nos momentos de crises e emergências. Isso inclui sua participação no mapeamento do cenário local (passo 1) e na identificação e no atendimento no fluxo da BAE (passo 2).

COMO REFORÇAR O PAPEL DA ESCOLA

No **passo 3**, reforçamos a importância de os(as) professores(as) e equipe diretiva atuarem como agentes comunitários(as) e técnicos(as) verificadores(as), facilitando a identificação acerca da situação dos(as) estudantes e suas famílias, o que impactará diretamente na sua condição de retorno e no acolhimento necessário. Além disso, elencamos algumas orientações e materiais de referência para tratar sobre saúde mental de crianças e adolescentes e sua proteção contra as violências.



crianças e adolescentes são sujeitos integrais de direitos, portanto, qualquer situação que afete suas vidas e de suas famílias, sobretudo em crises e emergências, afetará sua condição de acesso e de permanência na escola.

■ No retorno às aulas

- >> O acompanhamento da frequência escolar será um importante instrumento para identificação dos(as) estudantes faltosos e daquelas(as) que correm o risco de abandonar. Professores(as) e equipe diretiva precisam estar vigilantes.
- >> É preciso observar: estudantes que não participaram de atividades híbridas, caso elas estejam ou tenham sido ofertadas; famílias que não responderam aos contatos realizados pelas escolas; estudantes que não retornaram depois da reabertura e da retomada das aulas. São situações preocupantes que indicam possível abandono ou evasão e que exigirão prioridade de atendimento por parte da escola, articulado com a equipe da Busca Ativa Escolar.
- >> A Secretaria de Educação, em parceria com as escolas, e alinhada com o conselho municipal e/ou estadual de educação, deverá organizar um plano de reposição de aulas e de recomposição das aprendizagens, com atendimento individualizado para os(as) estudantes que apresentem maior risco de abandonar a escola.
- >> As escolas devem organizar reuniões periódicas com as famílias para acolhê-las e explicar como será a retomada e o cronograma das aulas.
- >> Promover espaços de escuta específicos para os(as) estudantes e as famílias que requeiram mais atenção.



É sempre importante, nas situações de crise, quando o acesso à educação for impactado, desconstruir a ideia, presente no senso comum, de “ano escolar perdido”. O direito à educação não pode ser revogado, mesmo em uma situação emergencial. A continuidade dos estudos deve ser priorizada pela gestão pública e orientada junto à comunidade escolar e à sociedade.

■Saúde mental

A saúde mental das crianças, adolescentes e da equipe escolar poderá ser impactada nas situações de crises e emergências. A escola precisará estar atenta a essa questão e manter diálogo constante com os(as) estudantes e suas famílias. Algumas ações podem apoiar nesse processo:

>> Garantir que a escola esteja aberta para conversar e acolher os(as) estudantes sobre seus sentimentos, por meio de atividades específicas que promovam a escuta e o diálogo. Vivenciar os sentimentos é muito importante, sobretudo se conviveram com perdas durante esse período.

>> Para sinais de sofrimento mental, converse com as meninas e meninos sobre a necessidade de buscar ajuda; verifique se há um adulto de confiança e explique a necessidade de acionar essa pessoa. As equipes de atenção básica da saúde – que muitas vezes fazem parte também das equipes da Busca Ativa Escolar – são a porta de entrada para casos de sofrimento mental e devem ser acionadas (pela estratégia ou não) para dar seguimento aos casos.

UNICEF e parceiros mantém um canal de ajuda em saúde mental e bem-estar, chamado **Pode Falar**, voltado para quem tem de 13 a 24 anos. Trata-se de um espaço de escuta acolhedora e anônima para esse público, em momentos de crise, que funciona por meio de um *chatbot* batizado de Ariel por adolescentes, acessado pelo site podefalar.org.br ou pelo WhatsApp. Pelo canal também é possível acessar materiais de apoio, informações e serviços. Conheça também o conjunto de materiais e recursos para estudantes e professores(as), clicando no link:



■ Proteção às violências

Crianças e adolescentes podem ficar mais vulneráveis à violação de direitos e mais expostos(as) a diferentes formas de violências, em momentos de crises e emergências. Por exemplo, estar em abrigos ou deslocados em casas de terceiros pode expô-los a riscos como violência física, sexual e psicológica, trabalho infantil e até acidentes domésticos.

A volta às aulas poderá ser um momento no qual essas violações serão mais visibilizadas. Por isso, as escolas precisam do apoio e da parceria da equipe da Busca Ativa Escolar e de outros órgãos da rede de proteção de direitos. Estar na escola é fator de proteção, e situações de violações de direitos e violências têm repercussões na dinâmica do espaço escolar, além de impactar as condições de aprendizagem. Algumas ações são recomendadas, reforçando que em todas as situações é importante nunca expor as crianças e adolescentes.

>> Orientar os(as) professores(as) para que fiquem atentos(as) a relatos de situações de risco ou de violação de direitos nos momentos e nas atividades educacionais, de escuta e de diálogo sobre os sentimentos dos(as) estudantes, inclusive em atividades *online*. É importante lembrar que a escola poderá ser o único ponto de contato com crianças e adolescentes durante uma situação de crise.

>> Relacionar os serviços públicos e os órgãos de apoio e de proteção do território onde a escola se localiza e/ou do município para facilitar o contato em caso de necessidade. A equipe da Busca Ativa Escolar deve apoiar nesse mapeamento.

>> Acionar imediatamente o Conselho Tutelar em casos de suspeita de violação de direitos, violência ou situações graves de sofrimento mental identificados pela escola.

>> Preparar um acolhimento protetivo no retorno das aulas presenciais, que inclua dinâmicas de fortalecimento psicossocial de estudantes e equipes.

O UNICEF disponibiliza a cartilha e curso **Comunidade Escolar na Prevenção e Resposta às Violências**, que abordam os impactos da violência na educação, e possibilidades de prevenção articuladas aos currículos, inclusive em situações de emergência. É disponibilizado, ainda, um **curso e materiais diversos** (vídeos, guias, fluxos de atendimento por área, cartazes) sobre a Lei 13.431/2017, que trata sobre como agir diante de violências contra crianças e adolescentes. Conheça também materiais prontos para serem usados com a equipe escolar e com estudantes com informações sobre como obter apoio para casos de violência e sofrimento mental, clicando no link:



[Guias por uma Educação que Protege](#)

PARA ENCERRAR

Todos os passos elencados nesse documento deverão ser planejados pelo Comitê Gestor, em alinhamento com o(a) secretário(a) de educação e secretários(as) das demais pastas. Devem também ser articulados entre municípios e estados, dentro do regime de colaboração, afinal, a crise pode afetar tanto escolas municipais como estaduais. O trabalho colaborativo, nesse momento, será definidor da qualidade da ação a ser desenhada e executada.

As orientações foram desenhadas para os momentos mais agudos das crises e emergências, bem como para etapas posteriores, quando as escolas reabrem e retomam sua rotina. Portanto, é preciso escalar cada passo de acordo com o tempo em que a crise acomete e dura em cada município e/ou estado.

Vale ressaltar que é recomendável a leitura completa do [guia **Busca Ativa Escolar em Crises e Emergências**](#) e que a equipe da estratégia faça o [curso autoinstrucional](#) com o mesmo nome. O acesso a esse material subsidiará ainda mais o trabalho a ser realizado, apoiando para um planejamento de médio e longo prazos.

**FORA DA
ESCOLA
NÃO PODE!**

Cada criança e adolescente
tem o direito de aprender



Para acessar a **Biblioteca da Busca Ativa Escolar**, aponte a câmera do seu celular para o QR code.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

O guia *Busca Ativa Escolar em crises e emergências* visa apoiar governos estaduais e municipais na garantia do direito à educação de cada criança e cada adolescente em situações de calamidade pública e emergências, tais como pandemias, desastres naturais e outras.

Parceiros estratégicos



Iniciativa

